



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

CIRCULAR N.30 , DE 14 DE JULHO DE 2010

Unifica o procedimento referente ao cadastramento dos estabelecimentos prisionais do tipo Delegacia de Polícia no sistema Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Aos Juizes de Direito e Substitutos com competência para a Corregedoria dos Presídios:

Sirvo-me do presente para esclarecer a Vossa Excelência que as Delegacias de Polícia que não possuam cela, ou quando esta vise apenas a guarda de preso no momento da lavratura do procedimento, não necessitam estar cadastradas no sistema Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Para tanto, como forma de unificar o procedimento, solicito o encaminhamento de ofício ao Delegado de Polícia responsável, a fim de cientificá-lo de que a cela da Delegacia destina-se apenas à guarda provisória de preso, em casos de lavratura de flagrante, não podendo exceder 48 (quarenta e oito) horas. Ato contínuo, deverá ser enviado expediente, preferencialmente por correio eletrônico, à Coordenadoria de Execução Penal da Infância e Juventude – CEPIJ, com cópia do ofício acima referido, solicitando o não cadastramento da Delegacia no sistema do CNJ.

Cordialmente,

Solon d'Eça Neves
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA